

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
R314	Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-244-9 DOI 10.22533/at.ed.449200308 1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado. 2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da trílice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitibaanos, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR

Alcimara Aparecida Föetsch
(UNESPAR/União da Vitória)

Mário Sérgio Deina
(IGH/São Mateus do Sul)

RESUMO: Propomos na presente reflexão uma análise do patrimônio cultural associado à figura mítica do Profeta São João Maria no município paranaense de São Mateus do Sul. Andarilho peregrino, pregador de um catolicismo rústico, grafou e sacralizou lugares, sobretudo na região Sul do Brasil, suscitando uma crença popular baseada em suas predições, pregações e curas. Neste sentido, nos propomos a registrar e catalogar parte destes bens patrimoniais em forma de cruzeiros, árvores, águas santas e cemitérios de anjos. Partimos da essência material para também evidenciar o patrimônio intangível dos “lugares de memória” provocando uma discussão acerca da sacralização dos lugares, da manifestação cultural da experiência, das representações das divindades na dimensão espaço-tempo e da relevância de se pensar uma educação patrimonial enquanto alternativa para salvaguardar o direito à memória individual e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia Cultural, São João Maria, Patrimônio.

1 | INTRODUÇÃO

Figura mítica e peregrina, personagem

cultural religioso marcante no Sul do Brasil, São João Maria (ÁVILA DA LUZ, 1996; FACHEL, 1995; THOMÉ, 1992) é trama que inspira relatos, contos, poemas, pesquisas, músicas, dramatizações e teorias sobre sua aparição, trajetória e encantamento. Nos credos populares se acumulam predições, memórias, histórias de fé, pregações e devoções; na paisagem cultural, por sua vez, desabrocham cruzeiros, árvores de cedro brotadas, olhos d’água consagrados, altares, lugares de peregrinação e cemitérios de anjinhos. Santo beatificado pelo povo, Mártir e símbolo de resistência na região do Contestado (e seus contornos geográficos), o andarilho viajante trazia e levava visões e interpretações de mundo comungadas com receitas de chás e infusões, conselhos e soluções, tratos à vida cotidiana e à essência espiritual.

Nos espaços mais longínquos e distantes dos sertões do Sul, São João Maria representou “um papel equivalente ao do padre, mas estava a serviço e era a expressão da autonomia do religioso rústico” (MONTEIRO, 1974, p. 81) no período entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Cada porção desse espaço regional coleciona histórias e memórias associadas ao profeta. Em São Mateus do Sul (divisa entre o Paraná e Santa Catarina), na mesma proporção, criou-se naqueles anos e consolidou-se nas décadas seguintes também a crença em seus poderes

de cura e proteção. São tanto marcas edificadas que grafam a paisagem cultural, quanto reminiscências que, contadas de geração em geração, enraízam, transmitem e perpetuam a fé. Ambas, associadas e indissociáveis, dão vida a um patrimônio cultural único, *sui generis*, carregado de simbolismo.

As marcas na paisagem religiosa formam o “patrimônio cultural material” edificado e construído como local físico de devoção, ao passo que as memórias e práticas rituais constituem o “patrimônio cultural imaterial” vivenciado e alimentado para dar suporte espiritual à crença (PELEGRINI e FUNARI, 2008). Acredita-se que a conjunção destes bens, tangível e intangível, é o que dá sentido aos lugares, sacralizando e os tornando espaços de representatividade e significado, ressaltando que “é por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98). Ao analisar o significado do Sagrado, Tuan (1980, 1983) argumenta que este vai além de imagens, templos, locais de peregrinações e santuários, isso porque são as “experiências emocionais” dos fenômenos sagrados que se destacam da rotina e do lugar comum. Reconhecer, evidenciar e salvaguardar esse patrimônio significa manter viva a memória coletiva (e o direito à memória), pois o que se assiste atualmente é o avanço desmedido da urbanização, da industrialização, da agricultura em favor do capital e dos monocultivos que descaracterizam e homogeneízam espaços, em grande parte das vezes, varrendo espaços sagrados de valor inestimável para as comunidades.

O município paranaense em questão, São Mateus do Sul, localiza-se na borda da chamada região do Contestado (MONTEIRO, 1974; QUEIROZ, 1981; AURAS, 1997; FRAGA, 2006). Sua configuração territorial e constituição demográfica seguiu parâmetros similares aos demais que compõe o Centro-Sul do Paraná e o Planalto-Norte de Santa Catarina, ou seja, um amálgama social formado pela contribuição de indígenas, escravos, caboclos e imigrantes ocupando a região das Matas Mistas da Floresta com Araucárias. Porção do espaço interiorano distante geograficamente dos grandes centros urbanos é marcada por um espaço matizado onde as expressões culturais das comunidades mesclam e, por vezes, entrecruzam, a marcante e conservadora religiosidade eslava (notadamente a polonesa) com o catolicismo rústico (MONTEIRO, 1974) associado à figura do Profeta São João Maria, sem serem, destarte, excludentes entre si.

Neste recorte espacial foi possível perceber uma série de práticas individuais e coletivas que se apresentam em forma de cruces, árvores brotadas, memórias, águas santas e cemitérios de anjos. Apreender a dinâmica simbólica deste emaranhado social é empreitada complexa que exige uma orientação teórica própria e um aparato metodológico diverso. A pesquisa de campo (SUERTEGARAY, 2002; DUARTE, 2002; HARVEY, 2017) iniciou-se em agosto de 2016 e estendeu-se até maio de 2018, onde valendo-nos das contribuições da Cartografia Social (ACSELRAD e COLI, 2008; ACSELRAD, 2010) na catalogação, registro e mapeamento, percorremos e analisamos 57 lugares sagrados no município, 33 reconhecidos pelas comunidades, como associados a São João Maria e, em 13 destes, com a existência dos cemitério de anjos. Não são mencionados os nomes dos

informantes, tendo em vista que se tratam de referências orais sobre lugares, que foram, na sequência, visitados e catalogados (HANDCOCK, e GILE, 2011, p. 367-371). Assim sendo, a proposição deste texto consiste em relatar a experiência de campo na região, registrar e divulgar parte dos resultados destas incursões tão necessárias e válidas no sentido de salvaguardar as paisagens, histórias e memórias de São João Maria.

2 | A SACRALIZAÇÃO DA NATUREZA: MATAS, ÁGUAS E SANTUÁRIOS

Para Eliade (1996) o homem religioso deve situar-se no mundo, num espaço sagrado, ou seja, há uma apropriação de lugares e símbolos cujos pontos fixos na paisagem emanam lembranças e promovem experiências espirituais. Esta conjunção temática abarca o conceito de sagrado, cuja palavra significa “separação e definição, sugere sentido de ordem, totalidade e força. Sagrado, por si só, é um conceito religioso, pois “[...] o sagrado está no centro de um sistema de práticas (positivas e negativas), isto é, funciona como regulador do agir social dos membros e como integrador da sociedade” (MARTINELLI, 1995, p. 162), sendo assim, o sagrado emerge como uma categoria de interpretação e avaliação que existe como tal, apenas no campo religioso. Claval (1992) coloca que para suportar as dificuldades e infortúnios da vida, os homens são assim levados a imaginar realidades mais profundas e mais autênticas do que os seus sentidos podem revelar. Às vezes eles assumem, escondidos nas profundezas das coisas ou dos seres, outro enredo que lhes dá significado - os filósofos falam de imanência. Quando os elementos que iluminam o que está acontecendo na Terra estão situados no mesmo plano fora do real sensível, falamos de transcendência. O sagrado surge quando esses outros mundos se aproximam e investem temporariamente ou permanentemente.

No caso de João Maria, esta materialização do sagrado associada a sacralização da natureza se dá em pequenos lugares que, longe de serem suntuosos santuários, resistem espremidos pelo agronegócio, pelo reflorestamento, pela modernidade e pelo esquecimento. São espaços que evocam a nostalgia de um passado mitificado, geram pertencimento e sedimentam recordações de um tempo histórico onde a cura física e o conforto espiritual provinham da fé nas ofertas da natureza.

Assim sendo, compreendemos que espaços sagrados são espaços qualitativamente fortes, “onde o sagrado se manifestou” (ROSENDAHL, 1995b, p. 63), neste sentido, para o homem religioso, essa manifestação pode se conter em um objeto, pessoa ou lugar. Complementando, o sagrado por implicar uma separação, sugere desprender as experiências não-sagradas, ou seja, as profanas, deriva “do latim *sacratu* – aquele que recebeu a consagração – as coisas divinas” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98). Dessa maneira, o homem religioso se exprime sob formas simbólicas que se relacionam com o espaço e as práticas religiosas se realizam em tempos e lugares simbólicos, pois a “manifestação de poder do sagrado em determinados lugares o diferencia dos demais lugares” (ROSENDAHL, 1995b, p. 67). Ressaltando que:

A definição de um lugar como sagrado reflete a percepção do grupo envolvido e uma vez que a percepção varia de grupo para grupo, dificilmente se pode generalizar sobre os princípios de um lugar sagrado. Os povos têm atribuído sacralidade a diferentes objetos como árvores sagradas, pedras, grutas com poderes milagrosos, uma fonte de cura, um túmulo em volta do qual ocorrem milagres, no monte das Oliveiras e inúmeros outros lugares. A fidelidade religiosa demonstrada nos faz acreditar na existência de uma topografia sagrada” (ROSENDAHL, 1995b, p. 68).

O espaço somente torna-se sagrado na medida que é demarcado e diferenciado pelo simbolismo, sendo assim, se configura como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio de símbolos, mitos e ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade (ROSENDAHL, 1995a, p. 98).

Essa manifestação é indicada pelo termo “hierofania”, que “etimologicamente significa algo de sagrado que se revela” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98), sendo que esta manifestação pode ocorrer em um objeto, árvore, pedra ou pessoa, por exemplo, ressaltando que o entorno “possui elementos necessários que compõem as formas espaciais” (ROSENDAHL, 1995a, p. 98). Ambos, sagrado e profano (ELIADE, 1992), estão sempre vinculados a um espaço que é social. E, assim, percebe-se que os lugares não só se diferenciam por formas e cores, por racionalidades funcionais e econômicas, mas, também, são carregados de sentidos e significam muito mais do que o sentido geográfico de localização.

Para Tuan (1979), sagrado é tudo que se destaca do lugar comum e da rotina, dessa forma, cada comunidade religiosa recorda o espaço à sua maneira, de forma a constituir um ponto fixo em que ela se confina, onde ela reencontra suas lembranças, contribuindo, assim, com o florescimento de sentimentos de apego e afetividade para com o espaço vivido, relações topofílicas (TUAN, 1980). A manifestação do sagrado, por sua vez, multiplica-se em inúmeros espaços sagrados” (ROSENDAHL, 1996, p. 35), são os santuários, onde o espaço se torna sacro e cujo conjunto mitológico é a própria memória da religião, ressaltando que “seria bastante difícil evocar o acontecimento se não houvesse o lugar do ocorrido” (*ibidem*, p. 35-36). São também chamados de “lugares simbólicos” (ROSENDAHL, 2009), ou seja, espaços criados pela ocupação humana “e pelo uso de símbolos para transformar aquele espaço em lugar” (*ibidem*, p. 06), por sua vez, a “geografia define o espaço sagrado como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, transportando-o para um lugar distinto daquele no qual transcorre seu cotidiano” (*ibidem*, p. 07). Compreender a essência desses lugares sagrados significa também realizar a leitura da paisagem religiosa estampada no espaço, essa paisagem é produto da “ação humana ao longo do tempo a paisagem apresenta uma dimensão histórica. [...]. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias tem assim uma dimensão simbólica” (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 08).

Marcados e demarcados espacialmente pelo “plantio” da cruz de cedro por João Maria alguns lugares sagrados do Contestado e seu entorno geográfico foram, assim, fundados religiosamente, o que “possibilita criar uma aura de proteção ao ambiente e às pessoas,

promove uma espécie de sacralização do lugar” (WELTER, 2012, p. 100). Da mesma forma, Thomé (1999) reconhece a cruz como símbolo de uma experiência religiosa. Segundo ele, a cruz “plantada junto a arroios e fontes de ‘águas santas’ por João Maria, virtude que Deus deixou – é ao mesmo tempo o símbolo mais importante da fé rústica e um escudo mágico contra todos os perigos” (*ibidem*, p. 117). A sacralização da natureza efetiva-se na medida em que é a árvore de cedro, plantada em forma de cruz por João Maria, que ao brotar – aptidão natural da espécie – testemunha “o poder extraordinário e sobrenatural do Santo” alimentando uma fé e uma religiosidade que caminham à margem dos preceitos formais da Igreja Católica, cujo único templo é a natureza e que não condiz com a suntuosidade das grandes catedrais.

Este marco de referência espacial se complementa em sua materialidade pelas fontes de água, arroios, pocinhos ou olhos d’água que, também presentes nesta paisagem religiosa, acionam a memória da crença e promovem as peregrinações dos que reconhecem seus poderes de cura. Era por meio da água pura, ou, “quando muito, misturada e fervida com algumas ervas medicinais, que o Cristo sofredor se voltava para o enfermo e o curava” (TOMAZI, 2004, p. 187). Além dos poderes de cura, as águas santas de São João Maria eram e são, ainda hoje, utilizadas para o batismo. Segundo Welter (2012), o rito do “batizado não eclesial entre joaninos é frequentemente realizado em casa ou em fontes de água de João Maria. A água é um dos elementos centrais no ritual do batismo e, para ser usada, deve estar benta, ou seja, tornada sagrada” (*ibidem*, p. 95). É, portanto, elemento da natureza tornado divino, cuja função é batizar, curar doenças, proteger espaços e pessoas, fertilizar a terra, espantar os males e dar proteção divina.

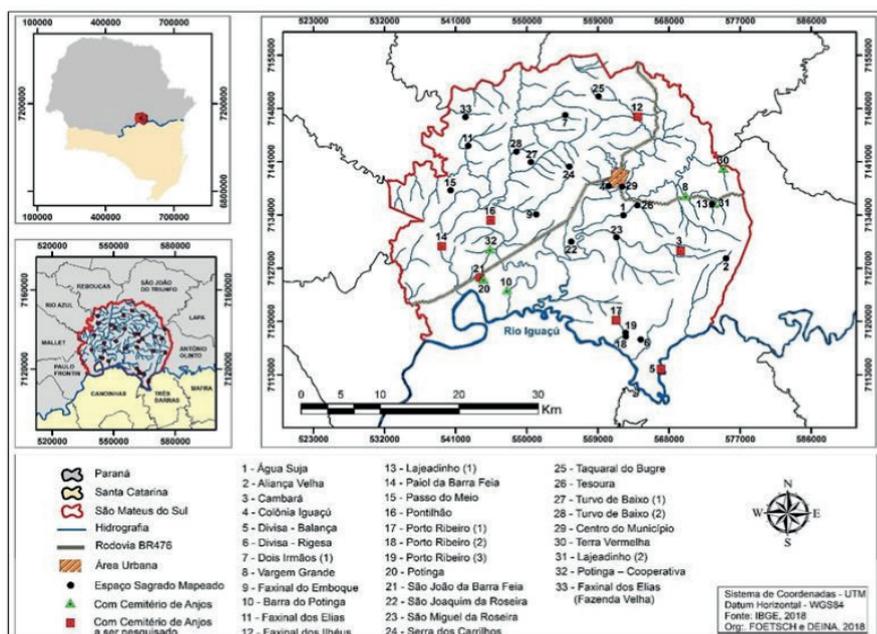
Essas cruzes e águas santas são conjunção comum nos espaços sagrados de São João Maria, porém, em São Mateus do Sul, no Paraná, o cemitério de anjos/criancinhas, adiciona um forte elemento identitário agregador, os ressignificando por práticas distintas. Difícil determinar o início de cada cemitério de anjos, sobretudo, porque os primeiros a realizarem essa prática já faleceram, restando apenas os que reproduzem os sepultamentos pela devoção a João Maria e pela consideração aos costumes ancestrais. No recorte espacial analisado ficou evidente que esta prática fúnebre se relaciona diretamente ao Santo popular tendo em vista que muitos relatam que o próprio São João Maria havia “dado ordem” para enterrar os anjinhos em seus lugares de pouso, por serem lugares “valiosos”.

Neste sentido, é necessário pontuar que a expansão de crenças e práticas religiosas populares no início do século XX em São Mateus do Sul/PR se deu por uma série de motivos intimamente relacionados ao contexto social e econômico da época na região do Contestado (FRAGA, 2006), ausência da medicina oficial, distanciamento das instituições eclesiásticas, expropriação de terras, dominação coronelista, choque cultural entre indígenas, caboclos e imigrantes, exploração estrangeira, insegurança em relação ao governo republicano, entre outros. Este cenário era sentido na ausência de escolas, desemprego, abandono por parte do Estado, altas taxas de mortalidade (sobretudo, infantil), falta de estrutura comunitária e, principalmente, “atribuída” ignorância religiosa do povo. Emerge, desta forma, uma estrutura social propícia ao desenvolvimento de crenças messiânicas e,

João Maria, evento fundante, irrompe justamente neste conturbado período e passa a representar resistência, princípio estruturante comum. Vira símbolo, mártir, era padrinho em vida, criou e alimentou laços de compadrio pelo apadrinhamento espiritual que neste contexto social significava proteção, acolhimento, abrigo, amparo e assistência. Os lugares que lhe serviram de abrigo foram santificados, recebendo o status de “espaço sagrado de São João Maria”. São lugares de encontro, de fé, peregrinação e particularização com a santidade, distinto dos lugares de confronto cercados de obrigações institucionalizadas que excluem a maioria. Praticamente todas as comunidades do município possuem um espaço sagrado atribuído à São João Maria. Trata-se de uma região extremamente rica em recursos hídricos e com um recobrimento florístico conhecido como Floresta Ombrófila Mista (IBGE, 2012), condicionantes ambientais significativos quando se tipificam estes espaços, sempre junto à rios, nascentes, olhos d’água e próximo a árvores nativas.

Frente à quantidade dos lugares sagrados encontrados em São Mateus do Sul e considerando as condições destes, percebemos a importância de se valorizar estes bens patrimoniais. Foi por meio de uma cadeia de informantes (snowball) que estes espaços foram sendo identificados, analisados por meio de trabalhos de campo, catalogados e retratados pela Cartografia Social (a fase iniciou-se em agosto de 2016 e estendeu-se até maio de 2018). Esta primeira etapa permitiu a elaboração do Mapa 01 que evidencia o recorte espacial, aponta a localização dos 33 lugares reconhecidos, retrata os 13 que possuem cemitérios de anjos:

Tratam-se de pequenos lugares que foram sendo ressignificados na medida em que a devoção à São João Maria, tradicional em seus lugares de pouso, foi acrescido do culto à vida ancestral por meio dos cemitérios de anjinhos. A paisagem religiosa abriga, então, não só promessas e ex-votos, mas também oferendas que reverenciam os laços de parentesco e amizade com os que tiveram curta passagem por este mundo, nasceram para não viver. Muitos rituais somente podem ser percebidos por meio de uma observação participante junto às comunidades associada à uma intensa Pesquisa Qualitativa (BANKS, 2007; CHIZZOTTI, 2014; DUARTE, 2002; FLICK, 2002; HARVEY, 2017; HEIDRICH, 2016) valendo-se da História Oral (ALBERTI, 2004; BARROS, 2004; CAMARGO, 1984; GAMALHO, 2016; GOUBERT, 1992; MEIHY, 2000; QUEIROZ, 1988; THOMPSON, 1992). Isso porque, a paisagem religiosa somente pode ser decodificada compreendendo também seu aspecto intangível, ou seja, o campo das motivações simbólicas.



Mapa 1. Lugares sagrados de São João Maria, em São Mateus do Sul – Paraná.

Fonte: Föetsch (2019).

3 | CRUZES: SÍMBOLO, SACRALIZAÇÃO E DEVOÇÃO

A cruz é um símbolo universal dos mais antigos e um ícone reconhecido mundialmente, trata-se de uma figura geométrica de traçado simples onde se cruzam duas linhas formando um ângulo de 90°. Associada comumente em nossa região à fé Cristã evoca pensamentos, sentimentos e ações quase sempre relacionados à morte, salvação, penitência, livramento, peregrinação e oração. Claval (2014), ao se referir às identidades coletivas, destaca que estas se exprimem por símbolos, como “a cruz para os cristãos, a flor de lis para a França do Antigo Regime” (*ibidem*, p. 165), onde o “símbolo torna sensíveis os valores compartilhados: a cruz lembra a morte de Cristo” (*ibidem*) e recorda ainda como se deve agir a partir do Cristianismo.

São João Maria conhecedor ímpar do poder visual dessa insígnia também as utilizava em suas pregações, “plantando” cruzes por onde passava com o intuito de identificar seus locais de paragem e pousio, além de usá-las para alimentar o imaginário coletivo acerca de sua figura mística. A cruz é um símbolo imponente na paisagem. O interior do município de São Mateus do Sul no final do século XIX – momento histórico da passagem do Profeta – era pouco povoado e os escassos moradores careciam de espaços sagrados, sobretudo, porque a religião é prática preponderante na vida social. João Maria, personagem emblemático da época, pernoitava e se abrigava em lugares específicos sempre próximos a fontes de água. Era onde fincava uma cruz para especializar sua aparição, rapidamente, estes lugares passavam a ser considerados virtuosos e imaculados, sobretudo, por conta da fé popular que foi se construindo em torno deste peregrino, vidente, assistente físico e espiritual.

Conhecedor único da natureza e suas manifestações, utilizava do cedro (*Cedrela*

fissilis (LORENZI, 1998)) para confeccionar suas cruzes. Trata-se de uma espécie vegetal arbórea regional dotada de uma característica peculiar e adequada a seus propósitos: o fato de brotar facilmente a partir de galhos e troncos, sem necessidade das raízes. Ao fincar estas cruzes que “milagrosamente brotavam” e formavam frondosas árvores, o Santo Popular atestava sua santidade e demarcava seus espaços de fé e devoção. Assim, ao seguir os passos de São João Maria pelo município de São Mateus do Sul, a árvore de cedro é um indício fundamental na identificação dos lugares, uma vez que pelo distanciamento temporal, a cruz original brotada se converteu, em alguns casos, em frondosa árvore. Caso não tenha sobrevivido ao tempo, a comunidade refazia a cruz de cedro ou edificava uma de concreto, entretanto, como a cruz é um símbolo universal de fé e religiosidade, elas existem às centenas em todos os quadrantes do território pesquisado, sem que seja possível explicitar a razão de cada uma delas (daí a importância da seriedade da pesquisa de campo que as qualifica e diferencia). Assim a árvore de cedro nas proximidades de fontes de água são indícios fortes da presença passada do “profeta” naquele local, aliada aos relatos orais de pessoas cujos ancestrais viram ou ouviram falar do “santo peregrino”. A figura 1 mostra 28 fotos que destacam as cruzes atribuídas popularmente ao Profeta João Maria no município de São Mateus do Sul/PR.



Figura 1. Fotos de 01 a 28: Localidades de: Água Suja, Aliança Velha, Cambará, Colônia Iguaçu, Divisa-Balança, Divisa-Rigesa, Dois Irmãos (1), Vargem Grande, Faxinal do Emboque, Barra do Potinga, Faxinal dos Elias, Faxinal dos Ilhéus, Lageadinho, Paiol da Barra Feia, Passo do Meio, Pontilhão, Porto Ribeiro (1), Porto Ribeiro (2), Porto Ribeiro (3), Potinga, São João da Barra Feia, São

Como é possível perceber através das imagens, os espaços sagrados marcados com as Cruzes associadas ao Profeta João Maria se localizam, na maior parte das vezes, nos espaços rurais. Acredita-se que somente sobrevivem dada a crença dos moradores e a necessidade que estes têm de preservar os espaços físicos onde a memória é evocada. Supõe-se que muitos desses lugares só resistiram ao tempo por conta, justamente, da presença das cruzes que enquanto marco religioso tornam os espaços únicos e santos. Alguns fiéis, provavelmente, nem conheciam os reais motivos da presença delas na paisagem, porém, por se tratar de um ícone sacro passavam a preservar e cultuar os locais construindo cercas de proteção, cultivando flores e trazendo oferendas.

A “Santa Cruz” de João Maria, por exemplo, é “plantada” em eventos coletivos com forte conotação política em vários lugares do Sul do Brasil, como na Romaria da Terra realizada em Santa Catarina desde 1986, coordenada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A simbologia do ritual retrata o valor simbólico e sagrado da terra que não é tão somente um meio de produção, mas também o lugar de vivência, onde estão sepultados os ancestrais. Isso para ilustrar que o Santo popular é lembrado e referenciado nos mais diversos tipos de encontros, cursos, romarias, conversas, marchas e celebrações, símbolo de luta dos excluídos, tem sua atribuída santidade manipulada pelo povo, por lideranças políticas e empresariais.

4 | ÁGUAS SANTAS, OLHOS D’ÁGUA: CURA, BATISMO E PURIFICAÇÃO

Ao pernoitar na beira dos caminhos em que passava, o Profeta procurava locais de água boa. Quando peregrinava para outros lugares, a comunidade construía um cercadinho ao redor da fonte que se tornava milagrosa, ou seja, com poderes de cura e para protegê-la da ação de animais selvagens e atestar a santidade do lugar. A água, por si, é um elemento religioso importante, por ela se batiza, dela se hidrata. Entretanto, seu uso vai além de matar a sede e do batismo, ela também pode ser usada para purificar as casas, benzendo-as contra os maus espíritos e as energias ruins. A água milagrosa do Profeta pode ser um pocinho, um olho d’água, uma vertente ou um pequeno riacho. Geralmente ficava próxima de onde ele pernoitava. Em São Mateus do Sul, encontramos as águas santas em vários formatos, porém, não é tão frequente a peregrinação às águas como é nas cruzes.

No município, alguns lugares foram identificados como sendo locais de peregrinação na busca pelas águas santas, são eles, destacados na figura 2.



A) Pocinho do Profeta na comunidade de São João da Barra Feia.
Fonte: Acervo dos autores, 2017.



B) Olho d'água associado ao Profeta na comunidade de Paiol da Barra Feia.
Fonte: Acervo dos autores, 2016.



C) Olho d'água associado ao Profeta na comunidade do Borrachão. Fonte: Acervo dos autores, 2017.



D) Olho d'água associado ao Profeta no centro da cidade de São Mateus do Sul.
Fonte: Acervo dos autores, 2016.

Figura 2. Fontes de água associados a João Maria.

Fonte: Acervo dos autores, 2016/2017.

Nos dias atuais ainda é comum que as crianças tenham o duplo batismo: na igreja com o sacerdote e nas fontes atribuídas ao peregrino. Geralmente o batismo nas Águas Santas de São João Maria precede o batismo formal da Igreja.

5 | CEMITÉRIOS DE ANJINHOS: ACONCHEGO, PROTEÇÃO E APADRINHAMENTO

A cruz, símbolo e signo da experiência religiosa rústica, é escudo mágico contra os perigos, plantada por João Maria, ao brotar do cedro, testemunha o poder extraordinário do divino. A água pura, elemento central no ritual do batismo e da purificação, cura, protege, fertiliza, espanta os males e dá proteção. Dois elementos da natureza, árvore e água, riquezas florísticas e hídricas da região, dividem o espaço com cruzes menores em tamanho que testemunham e representam na paisagem os anjinhos falecidos, alguns, até afillhados espirituais de João Maria, sendo os laços de apadrinhamento outra inquietação. Estes lugares, dessa forma, se ressignificam e passam a receber por conta deste elemento agregador de forte auto identificação, outras formas de culto e peregrinação pelo acréscimo de oferendas distintas, orações e cuidados aos que se foram: filhos, irmãos, netos, sobrinhos, conhecidos.

Também presentes na paisagem dos espaços sagrados são-mateuenses, os

cemitérios de anjos (como são conhecidos os cemitérios de recém-nascidos e crianças) próximos à Cruz ou árvore de São João Maria, se constituem prática cultural regional das mais impressionantes. Podem ser verificados na figura 3.

As informações orais coletadas por meio das investigações de campo, das conversas informais, das entrevistas e dos depoimentos tendo por base as proposições teórico-metodológicas (ALBERTI, 2004; LE GOFF, 1996), esclarecem que essa prática popular de sepultar recém-nascidos aos pés das Cruzes e árvores de João Maria se deve, principalmente, à devoção ao Profeta peregrino. Soma-se a isso o fato de que há, aproximadamente, 130 anos atrás, quando a tradição surgiu, não havia sacerdotes católicos em número suficiente para percorrer as localidades do interior, alguns lugares quase “sertão”, e batizar os recém-nascidos; quando natimorto então era impossível acessar um sacerdote para fazer o batizado. Em algumas religiões os não-batizados não poderiam ser sepultados junto aos demais, sendo assim, os túmulos eram erigidos junto aos lugares sagrados já existentes nas comunidades, neste caso, associados às passagens do Profeta João Maria.



Figura 3. Fotos de 01 a 10: Cemitérios de anjos em: Cambará, Divisa-Balança, Faxinal dos Ilhéus, Paiol da Barra Feia, Pontilhão, Porto Ribeiro, Potinga, Barra do Potinga, São João da Barra Feia, Vargem Grande, Terra Vermelha.

Fonte: Acervo dos autores, 2016/2017.

Estes “anjinhos” eram, principalmente, recém-nascidos natimortos, fetos que nasciam antes do tempo e, em casos menores, crianças até sete anos de idade. De início, acreditava-se que eram chamados de anjos por não terem sido batizados, isso procede em alguns

casos, porém, muitos relataram que a própria Igreja, justamente por sua ausência nestes sertões interioranos, não impedia o sepultamento nos cemitérios oficiais. Dessa forma, percebeu-se que o que deu origem aos cemitérios de anjinhos foi, sobretudo, a crença na proteção de João Maria, (lembrando que muitos eram seus afilhados reais ou espirituais) do que o fato de não terem sido oficialmente abençoadas pelo batismo da fé cristã. Portanto, “anjinhos” são os que nasciam mortos (natimortos) por vezes ainda sem identificação clara do sexo, faleciam logo após o nascimento ou crianças que morriam antes dos sete anos de idade. Quando não se sabia ainda o sexo, durante o batismo em casa ou no próprio cemitério, eram atribuídos nomes duplos que mesclavam o feminino e o masculino, como Maria José, ou, muito comum, João Maria. O enterro era feito pela própria família, pela parteira ou por conhecidos próximos, sem documentação oficial de nascimento e óbito. Somam-se a isso, as justificativas acerca das dificuldades encontradas na região durante estes anos finais do século XIX e iniciais do século XX, em especial, a falta de estradas tráfegáveis, a precariedade de transportes e as intempéries do tempo que dificultavam o traslado destas crianças até os campos santos mais distantes. Entretanto, há que se mencionar o fato de que os adultos, independente destas condições, eram levados até os cemitérios oficiais, o que coloca em dúvida a dificuldade de transporte como motivo crucial para o sepultamento junto às cruzeiras de São João Maria, uma vez que transportar um cadáver infantil é, por certo, menos dificultoso do que o de um adulto.

E assim, durante décadas em São Mateus do Sul, foi se construindo a crença e fortalecendo a fé em São João Maria, não mais Profeta peregrino, agora Santo dos altares populares. Um Santo que foi visto, ouvido e tocado por avós, pais, familiares e amigos, uma figura do povo ao alcance de todos. Multiplicam-se as histórias contadas que evidenciam a importância desse personagem no município, apesar de muito ter se perdido com o tempo, as memórias ainda estão na lembrança de quem as reconta com um sentimento de devoção único, singular e marcante. Quase é possível ver através dos olhos de quem conta a imagem nunca por estes vista, mas que é tão sagrada quanto a fé que a alimenta.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desvendar, em campo (sendo o campo instrumento de análise geográfica), a dinâmica destes lugares simbólicos por meio da associação da paisagem como texto e dos lugares de memória exigiu um aparato metodológico diverso que foi se construindo, também, ao longo da pesquisa, lembrando que para Morin (2005) o método só pode emanar e se formular após o conhecimento da recorte espacial e sua especificidade. Dessa forma, percebeu-se que se tratava de um universo que não pode ser quantificável, era preciso lidar com a oralidade para, em seguida, destrinchar os significados e sentidos, desembaraçando os nós e compreendendo as afetividades para com o espaço sagrado, repositório das recordações – e, só assim, harmonizar e fundir os aspectos tangíveis da paisagem à imaterialidade da memória. Desse modo, o discurso, o enredo, as predições e profecias ofereceram o suporte.

Monteiro (1974) tão bem retrata a “impregnação religiosa” na vida cotidiana do povo da região pesquisada nos anos finais do século XIX e na primeira metade do século XX, Gallo (1999) apresenta João Maria como intérprete, ícone desenhado à várias mãos, Welter (2012) descreve a aura de proteção instaurada no ambiente vivido que promoveu a sacralização dos lugares associados ao Santo e Queiroz (1965) legitima a veneração às árvores (cruzes) e as propriedades terapêuticas das águas (santificadas). São João Maria irrompeu enquanto evento fundante, princípio estruturante comum em um contexto histórico e social propício frente ao distanciamento e as ausências do Estado e da Igreja. Na literatura regional são comuns as referências aos espaços sagrados das cruzes e águas, entretanto, em São Mateus do Sul, pequenas cruzes rodeiam essa conjunção e despertaram não só a curiosidade, como também, e principalmente, as inquietações.

Foi, então, o trabalho de campo que permitiu o reconhecimento do objeto de análise e da obtenção de dados de maneira privilegiada. Foram visitados, ao longo de três anos, mais de 57 lugares associados a São João Maria somente em São Mateus do Sul/PR, destes, 33 foram identificados e catalogados como tendo relação direta com o Santo popular, 13 possuindo cemitérios de anjos. Foi possível, dessa maneira, compreender parte da dimensão da devoção à João Maria tão presente e ressignificada nas comunidades, promover associações com o contexto histórico que contribuiu para a consolidação da crença, além de iniciar uma discussão acerca da patrimonialização desses lugares.

São João Maria, intérprete e profeta, é ícone construído à várias mãos. Princípio estruturante comum, hoje congrega, simbolicamente, diferentes expressões de resistência, passando de santo popular legitimado a líder político atualizado, em um processo ressemantizador (WELTER, 2012). Os lugares sagrados a ele associados tradicionalmente conhecidos pela sacralização de elementos da natureza, se ressignificaram e acolheram além de oferendas e ex-votos, os anjinhos, os nascidos para não viver, enterrados sob sua proteção. Esses espaços tidos como valiosos, religiosamente fundados, batizam, curam e também abrigam. São referenciais espaciais de enraizamento territorial em um recorte geográfico conhecido como Contestado, marcado por ausências institucionais, carências eclesiásticas e abandono público. Neste cenário, nos propomos a discutir a paisagem religiosa presente nos lugares sagrados de São João Maria para além das cruzes e águas santas com a inserção dos cemitérios de anjinhos.

Os lugares sagrados são, de fato, espaços únicos de simbolismo e devoção que atestam e qualificam a alma de um povo. Marcas na paisagem cultural ou memórias individuais e coletivas constituem o patrimônio material e imaterial que necessita ser salvaguardado frente aos avanços de uma sociedade cada vez mais homogênea e excludente. São João Maria é figura ímpar no espaço rural são-mateuense, seu legado e seus ensinamentos ainda permeiam o cotidiano de praticamente todas as comunidades do município e, tendo isto considerado, torna-se necessário conhecer estes espaços por meio de uma catalogação que conte justamente com o auxílio dos sujeitos envolvidos e, neste caso, a Cartografia Social se apresentou como uma ferramenta adequada e útil.

Pode-se afirmar que as cruzes ou árvores santas, as águas milagrosas e os

cemitérios de anjos, marcas edificadas na paisagem, constituem um patrimônio material associado ao Profeta João Maria em São Mateus do Sul/PR. São lugares de encontro, de fé, peregrinação e particularização com a santidade, de fato, lugares de memória[18] que lutam constantemente para garantir tanto a sobrevivência material na paisagem quanto o direito às práticas e rituais religiosos historicamente professados. Tratam-se de paisagens marginalizadas por não conterem aspectos estéticos de beleza, proporção e elegância, mas que, no entanto, vivificam lembranças e promovem experiências emocionais/espirituais. São pequenos lugares, distintos dos grandiosos santuários marcados pela opulência, que contrastam espremidos pelo agronegócio, pelo reflorestamento, pela modernidade e pelo esquecimento. Contudo, resistem justamente pela fé e devoção à João Maria, fortificada pelas histórias, memórias, crenças e milagres transmitidos pela oralidade, o que constitui o campo das motivações simbólicas, um verdadeiro sistema de significações.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSELRAD, H. (Organizador). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. (p. 09-46).
- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. *In*: ACSELRAD, H. (Organizador). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. (p. 13-44).
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 3. Ed. Florianópolis: UFSC, 1997.
- ÁVILA DA LUZ, A. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BARROS, J. D'A. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- CAMARGO, A. Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. **Revista de Ciências Sociais**. v. 27, n. 1. Rio de Janeiro, 1984. (p.5-28).
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2014.
- CLAVAL, P. Le thème de la religion dans les études géographiques. **Géographie et cultures**, Paris, n° 2, 1992. (p. 85-110).
- CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Editora da UFSC: Florianópolis, 2014.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *In*: **Cadernos de Pesquisa**. n° 115,

março de 2002. (p. 139-154).

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).

ELIADE. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FACHEL, J. F. **Monge João Maria**: recusados excluídos. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. (p. 114-126).

FÖETSCH, A. A. A sacralização da natureza e a simbologia da morte: a resignificação da paisagem religiosa nos cemitérios de anjos de São João Maria. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.14, n.1, jan. a jun./2019. (p.188-202).

FRAGA, N. C. Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma análise acerca da formação territorial do Sul do Brasil, **Tese** (Tese de doutorado), Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2006.

GALLO, I. **O Contestado**: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GAMALHO, N. P. Narrativas do espaço nas histórias de vida: os desafios das metodologias qualitativas na Geografia. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Abordagens práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letral, 2016. (p. 35-48).

GOUBERT, P. História Local. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, nº 6, Jan/Jun, 1992. (p. 45-47).

HANDCOCK, M. S.; GILE, K. J. On the Concept of Snowball Sampling. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, agosto de 2011. (p. 367-371).

HARVEY, G. Pesquisa de Campo: Observação Participante. In: **Revista Rever**. Ano 17, nº 01, jan./abr. de 2017. (p. 168-206).

HEIDRICH, Á. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Á. L.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. (p. 15-33).

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Manuais Técnicos em Geociências, nº 01).

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 2.ed. Nova Odessa: Plantarum, 1998.

MARTINELLI, S. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1974.

MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. 2ª ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina,

2005.

NORA, P. **Entre a Memória e História**: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury, Projeto História, São Paulo: 1993.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção: Primeiros Passos, nº. 331).

QUEIROZ, M. I. P. de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1965.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice; Revistas dos Tribunais, 1988. (p. 14-43).

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

ROSENDAHL, Z. Geografia da Religião. *In*: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 20: 96-99, dez., 1995a.

ROSENDAHL. Geografia e religião: uma proposta. *In*: **Revista Espaço e Cultura**, Ano 1, outubro de 1995b. (p. 45-74).

ROSENDAHL. **Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL. A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção do ser-no-mundo. *In*: CARNEIRO, S. de S.; SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs.). **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e Trabalho de Campo. *In*: _____. **Geografia Física, Geomorfologia**: uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

THOMÉ, N. **Sangue suor e lágrimas no chão do Contestado**. Caçador, SC: UnC, 1992.

THOMÉ, N. **Os iluminados**: personagens e manifestações míticas no Contestado. Florianópolis: Ed. Insular, 1999. p. 120.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, G. Mística da água e cidadania, uma análise a partir das águas santas de “São” João Maria, no Contestado. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, ano 19, n. 37, 2004. (p. 19-35).

TUAN, Y. F. Sacred Space. Exploration of an idea. *In*: BUTZER, K. **Dimension of Human Geography**. Chicago: Chicago Research Paper, 1979.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

WELTER, T. Discursos e interpretações contemporâneos em torno do profeta São João Maria. *In*: **Revista Esboços**. v. 19, nº. 28. Florianópolis, dez/2012. (p. 88-111).

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 